

O DIREITO DA ARTE, ORGANIZADO POR GLADSTON MAMEDE, MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO E OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

*DIREITO DA ARTE, EDITED BY GLADSTON MAMEDE, MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO
AND OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR*

BRADSON TIBÉRIO LUNA CAMELO

Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Economista. Ex-Procurador da Fazenda Nacional. Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

bcamelo@tce.pb.gov.br
bradsoncamelo@gmail.com

DADOS BIBLIOGRÁFICOS: Gladston Mamede; Marcílio Toscano Franca Filho; Otavio Luiz Rodrigues Junior (orgs.). *O direito da arte*. São Paulo: Atlas, 2015.

RESUMO: Esta resenha objetiva fazer uma apresentação para os juristas e artistas do espetacular livro que sistematiza a disciplina do direito da arte. Iniciar-se-á com a demonstração dos desafios de se iniciar uma matéria tão pouco estudada no país; posteriormente, analisar-se-á os cinco grupos de artigos e as perspectivas que foram criadas para novas pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito da arte – Sistematização – Direito público – Direito privado.

ABSTRACT: This review aims to make a presentation to the jurists and artists of this spectacular book which systematize the Art Law discipline. It will start with the demonstration of the challenges of starting a new field that has so few studies in the country; subsequently, it will analyze the five groups of articles and perspectives that were created for further research.

KEYWORDS: Art law – Systematization – Public law – Private law.

Na Odisseia, Ulisses (e sua tripulação) tenta regressar para sua casa, mas enfrenta muitos perigos pelo caminho, com alguns marinheiros perecendo no trajeto. Como os desafios são improváveis e complexos, o protagonista precisa adotar uma postura diferente do convencional para ter sucesso. Da mesma forma, escrever sobre um tema praticamente inexplorado no cenário acadêmico nacional tem riscos parecidos com os enfrentados pelo grego.

A relação entre direito e arte é bastante antiga, o romano Celso disse que “*Jus est ars boni et aequi*”.¹ Com uma pequena alteração da famosa frase do jurisconsulto, o

1. “O Direito é a arte do bom e do justo”.

CAMELO, Bradson Tibério Luna. Resenha do livro “O direito da arte”, de Gladston Mamede, Marcílio Toscano Franca Filho e Otavio Luiz Rodrigues Junior (orgs.). *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. n. 2. v. 3. p. 383-386. São Paulo: Ed. RT, abr.-jun. 2015.

livro analisado estuda “Jus est ars”. Esse contato entre as duas matérias pode se dar, ao menos, de quatro diferentes formas:² (a) o direito como objeto da arte; (b) a arte como objeto do direito; (c) a arte como um direito; (d) o direito como uma arte.

A disciplina do direito da arte³ costuma ser vista, em países de tradição de *common law*, como a área do direito que protege, regula e facilita a criação, a utilização e a comercialização de arte, interagindo com várias disciplinas. Os envolvidos na prática do direito da arte trabalham com um amplo conjunto de matérias, tais como a propriedade intelectual, contratos, constitucional, responsabilidade civil, tributário, comercial e do direito internacional.

Diferentemente do estilo estrangeiro, a maioria dos trabalhos jurídicos já realizados no Brasil segue a primeira linha (direito como objeto da arte), com a possibilidade de se interpretar a arte sob um ponto de vista jurídico, como ocorre no movimento conhecido como “Law and Literature” ou em livros como *O direito na arte: diálogos entre o cinema e a Constituição* e vários artigos. Essa abordagem é um pouco óbvia (apesar de ser interessante e ter seus méritos), por outro lado, o livro resenhado foge do ordinário, com um tratamento inovador, lidando com a arte como um objeto do direito.

Da mesma forma que Ulisses, os Prof. Gladston Mamede, Marcílio Toscano Franca Filho e Otavio Luiz Rodrigues Junior montaram uma excelente tripulação para navegar pelo oceano do direito da arte, vencendo os desafios por meio de uma abordagem pouco convencional (o que os americanos chamam de “pensar fora da caixa”). Este livro é, provavelmente, o primeiro a abordar a arte como objeto do direito, passando por várias áreas jurídicas e sistematizando a matéria que agora tem um mapa seguro para facilitar novas incursões.

Em nenhum momento o objeto desta resenha parece ter objetivado ser um livro definitivo sobre o “Direito da arte”, se propondo a ser muito mais um ponto de partida do que de chegada. Esse é o principal mérito do livro! Sem dúvida será a aurora de um novo campo de estudo, um verdadeiro marco no estudo da matéria, o que é uma tarefa mais difícil e instigante.

Um dos primeiros desafios deste desbravador livro se assemelha com a decisão de Odisseu de se amarrar ao navio para não ser seduzido pelo canto das sereias. Assim, os organizadores trataram de desconstruir o preconceito de que a matéria é afeita apenas ao erudito, quase inacessível aos não iniciados no mundo das artes. A maioria dos artigos presentes no livro aplica o direito material (tradicional) ao objeto da arte, deixando claro que não é preciso ser um *expert* para aplicar – ou estudar – o direito da arte. Qualquer operador do direito está apto a ler este livro,

2. FRANCA FILHO, Marcílio Toscana. *A cegueira da justiça: diálogo iconográfico entre arte e direito*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2011. p. 21.

3. KAUFMAN, Roy S. *Art law handbook*. New York: Aspen Publishers, 2000. p. 43.

CAMELO, Bradson Tibério Luna. Resenha do livro “O direito da arte”, de Gladston Mamede, Marcílio Toscano Franca Filho e Otavio Luiz Rodrigues Junior (orgs.). *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. n. 2. v. 3. p. 383-386. São Paulo: Ed. RT, abr.-jun. 2015.

mesmo que não goste de arte, pois esta passa a ser vista como mero objeto do direito. Os organizadores, apesar de serem eruditos,⁴ se mantiveram “atados” ao objetivo de escrever um livro que mantém o tema abordado de modo acessível para todos os leitores, tendo (ou não) conhecimento de arte.

A obra é dividida em cinco partes e 19 artigos, passando por quase todas as áreas do direito. Na primeira parte são apresentados os fundamentos do direito da arte, com uma abordagem geral sobre a teoria e as peculiaridades desse novo ramo; na segunda parte, a arte é analisada como um direito, com os limites constitucionais para o seu exercício; a parte seguinte contém os artigos próprios da arte como objeto do direito público, passando pelo direito administrativo, pelo direito econômico (regulação) e pelo direito tributário; a quarta parte congrega os textos que fazem a relação da arte com o direito internacional, tanto no aspecto público como no privado; a última parte estuda a arte como objeto do direito privado, desde aspectos que envolvem as contratualizações, propriedade e até direito empresarial. Assim, este livro não precisa ser lido de modo integral (ou na sequência), podendo o leitor se dirigir para a área que mais lhe interessa.

A primeira sequência de artigos é mais suave, apresentando textos que fazem uma introdução ao mundo da arte e ao direito da arte, relacionando a matéria com assuntos tradicionais a outras matérias jurídicas.

O segundo conjunto de textos, talvez pela maturação da discussão, é muito bom, analisando a arte como um direito, como o exercício de uma liberdade que tem limites e exige um grande trabalho de ponderação que depende de uma boa construção doutrinária e jurisprudencial.

As três últimas partes trabalham a arte como um objeto do direito. Esse é o núcleo do livro, pois analisa a arte como objeto do direito. Esse segmento é um celeiro de ideia para novas pesquisas, para novos livros, para novos artigos. Nessa seção, os organizadores cegaram o ciclope Polifemo, libertando os pesquisadores cativos para partirem na mesma jornada do direito da arte.

Os artigos sobre o direito público abordam apenas uma pequena parte desse grande campo de estudo. Os textos transitam pelo direito administrativo no tema da contratação pelo ente público e da proteção do patrimônio cultural, pelo direito econômico na regulação dos museus e pelo direito tributário, passando pela questão da exação sobre a renda do artista. Todos os textos são muito agradáveis para os apreciadores desse campo do conhecimento e revelam a infinidade de possibilidades para novos trabalhos acadêmicos.

A sequência textual do direito internacional é um pouco mais curta, com dois artigos apenas, navegando pelo tema do patrimônio cultural e pelo comércio inter-

4. Isso fica bastante claro com a nota dos organizadores que celebram a matéria de forma elegante e demonstrando profundo conhecimento e cultura.

CAMELO, Bradson Tibério Luna. Resenha do livro “O direito da arte”, de Gladston Mamede, Marcílio Toscano Franca Filho e Otavio Luiz Rodrigues Junior (orgs.). *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. n. 2. v. 3. p. 383-386. São Paulo: Ed. RT, abr.-jun. 2015.

nacional (incluindo tributação). Apesar de bastante interessante, é mais costumeiro o tratamento da arte como patrimônio cultural no cenário internacional.

O último grupo é o mais longo do livro, investigando a relação com o direito privado, desde aspectos de propriedade intelectual, passando pelo aspecto contratual (tanto contrato em espécie, como aquisição e mercado de leilão). Os textos mais inovadores (por serem áreas inusitadas para o direito da arte) são os que analisam a situação da arte em processos de crises empresariais e a relação processual/probatória da arte.

Como se percebe, facilmente, esses três últimos conjuntos apresentam abordagens jurídicas inovadoras, abrindo bastante perspectiva de novas pesquisas e trabalhos tendo a arte como objeto de estudo.

Além de tudo isso, assim como algumas edições do livro de Homero, esta obra está repleta de interessantes ilustrações do artista plástico mineiro Miguel Gontijo que servem para tornar ainda mais agradável (e divertida) a leitura, auxiliando os leitores a entrar no mundo da arte.

Em suma, a publicação é leitura essencial para quem deseja navegar por novos caminhos (sem precisar desembarcar de suas tradicionais áreas), seja em nível de pesquisa ou na prática judiciária. Ou seja, os organizadores conseguiram conduzir a nau ao seu destino com segurança e aportando em segurança, sedimentando a estrutura onde se construirá o direito da arte no Brasil. O livro é, indubitavelmente, uma obra-prima!